



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

O risco Brasil

No primeiro dia de julgamento do chamado Núcleo Crucial da tentativa de golpe, o dólar subiu e a bolsa caiu. Eu gostaria de entender qual é a relação entre as duas coisas. O mercado financeiro tem a ganhar com a absolvição dos delitos contra a democracia? A responsabilização dos que, supostamente, atentaram contra a democracia aumenta o risco-Brasil?

Durante o julgamento, o procurador-geral da República Paulo Gonet fez uma brilhante e convincente acusação dos crimes cometidos pelo chamado Núcleo

Crucial da tentativa de golpe. Gonet delimitou a trama lógica entre os discursos antidemocráticos, as mobilizações, as campanhas de desinformação sobre as urnas eletrônicas, os incitamentos contra as instituições democráticas, os ataques ao STF e ao Tribunal Eleitoral.

Os acampamentos em frente aos quartéis, os pedidos de intervenção militar, as reuniões gravadas de preparação para o golpe, as gravações, as minutas e os discursos para o pós-golpe, a omissão policial e a depredação dos monumentos da democracia no fatídico 8 de janeiro de 2022. Qualquer telespectador mortal que ligasse a tevê naquele momento poderia entender e fazer a conexão entre as peças de um quebra-cabeças em que as peças se encaixam.

Aliados dos réus avisaram que, em

caso de condenação do ex-presidente, articularam uma anistia ampla e irrestrita e recorrerão à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Sobre essas duas propostas, Roberto Caldas, advogado e ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, concedeu uma entrevista esclarecedora a Denise Rothenburg e Carlos Alexandre, no *CB.Poder* de segunda-feira.

Segundo Roberto Caldas, os regimes autocráticos têm desfechado ataques às supremas cortes em todo o mundo. Ele explica que a anistia só se aplica a cidadãos perseguidos por razões políticas. Não é o caso de agentes do Estado que tentam violar o Estado de Direito: “Os tribunais de direitos humanos já disseram há muitos anos que não existe lei para anistiar agentes do Estado que, com o

poder estatal, cometeram crimes”.

O *The New York Times* reconheceu que o Brasil levou um ex-presidente a julgamento de uma maneira que os EUA não conseguiu. No entanto, questionou se o STF não incorreu em excessos. Bem, o jornal deveria ater-se aos fatos e constatar que a leniência com os delitos de Trump permitiu que um réu em três processos criminais e 88 acusações na Justiça assumisse a presidência da nação mais poderosa do mundo. Se Trump tivesse sido julgado segundo a lei, não existiria esse caos nos Estados Unidos e no planeta.

O *Liberation* qualificou a ação contra Bolsonaro e aliados da tentativa de golpe como “julgamento do século”. E, de fato, esse julgamento pode ter repercussões positivas e negativas. A ação incomoda tanto a Donald Trump porque vê em

Bolsonaro uma imagem no espelho. Se o julgamento for bem-sucedido, com a punição dos responsáveis, o Brasil pode se transformar em exemplo de democracia, de justiça e de cumprimento da lei contra os inimigos da democracia no mundo.

Se quiserem saber, de verdade, o que é uma autocracia e o que acontece com os críticos em um regime como esse, sugiro a leitura dos cinco volumes da coleção sobre a ditadura, escritos por Elio Gaspari, ou, se tiverem preguiça, vejam o filme *Ainda estou aqui*. Em vez de reclamar de uma suposta ditadura da toga, os réus deveriam agradecer por estarem em uma democracia, pois puderam contratar os advogados mais competentes, terão as penas contestadas e aliviadas, com todas as prerrogativas do Estado de Direito que tentaram abolir.

» Entrevista | SANDRO AVELAR | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com o comandante da pasta, a Polícia Militar está preparada para agir em eventos, como o julgamento do ex-presidente Bolsonaro e o Sete de setembro. Sobre o 8 de janeiro de 2023, disse que a corporação agiu com bravura

“Forças de segurança saberão atuar”

» WALKYRIA LAGACI*

O secretário de Segurança Pública do Governo do Distrito Federal (GDF), Sandro Avelar, participou do *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a *TV Brasília*, de ontem. O chefe da pasta falou com os jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza a respeito do reforço na segurança na Praça dos Três Poderes, durante o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, os preparativos para o 7 de setembro e sobre o papel da Polícia Militar durante o 8 de janeiro.

Secretário, o julgamento virou um ponto de maior preocupação hoje no Distrito Federal?

As forças vinculadas à Segurança Pública de Brasília são as únicas no Brasil que têm essa missão híbrida, ou seja, ao mesmo tempo que fazemos a segurança das 35 regiões administrativas do DF, temos que dar conta de proteger as questões que são de cunho nacional, tendo que proteger a Esplanada dos Ministérios, os Tribunais Superiores, o Corpo Diplomático, onde não só os diplomatas, mas familiares e funcionários devem ser protegidos. Quando acontece um evento dessa magnitude, temos que deslocar um efetivo considerável para dar atenção à região da Esplanada e, sobretudo, nesse caso específico, para a Praça dos Três Poderes, onde nós já colocamos os gradis, cercando toda a praça, um efetivo policial grande, pronto para fazer eventuais intervenções, caso necessárias e, de maneira preventiva, estamos fazendo as revistas daquelas pessoas que estão tentando ingressar para acompanhar o julgamento, ainda que do lado de fora do Supremo.

As pessoas que trabalham na região terão que mudar suas rotinas?

Estamos fazendo de forma que prejudique o menos possível a população do DF que se desloca na região. Não fechamos a Esplanada

dos Ministérios, são milhares de servidores que passam por ali todos os dias. No entanto, estamos fazendo um trabalho preventivo, tanto com o policiamento ostensivo que está ali, fazendo as revistas, sobretudo de pessoas que estão carregando bolsas, mochilas e passando pelas redondezas do Supremo Tribunal Federal, mas também um trabalho preventivo de inteligência, onde a gente instalou, na Secretaria de Segurança Pública, a chamada Célula Presencial de Inteligência. Nela contamos não só com as forças vinculadas à Segurança Pública do Distrito Federal, mas agências também vinculadas ao âmbito federal, às seguranças da Câmara, do Senado Federal, do Supremo Tribunal Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, Gabinete de Segurança Institucional, todos estão, neste momento, presencialmente representados na Secretaria de Segurança Pública, por agentes ligados à área de inteligência, porque qualquer informação que qualquer uma dessas agências obtenha vai ser imediatamente repassada e isso nos permite atuar com maior celeridade.

Que lições o 8 de janeiro trouxe no sentido de comportamento de estratégia? A Polícia Militar do Distrito Federal vai agir de que forma diante de manifestações?

A Polícia Militar está acostumada



Carlos Vieira/CB



Assista à entrevista completa

da com esse tipo de evento. É preciso que a gente lembre que no 8 de janeiro, embora tenha ficado uma mácula em torno do que significaria uma falha da instituição, coube à Polícia Militar a ação de recuperar todos os espaços que haviam sido ocupados, inclusive, em órgãos que tinham a própria segurança. Foi a Polícia Militar que entrou no Palácio do Planalto, Câmara, Senado e Supremo para conter e tirar os manifestantes e fazer com que voltassem ao quartel de onde saíram. Assim, é preciso que

se reconheça a Polícia Militar heroica. Eu acho interessante que as pessoas falam que o que aconteceu no 8 de janeiro foi parecido com um parlatório norte-americano, o Capitólio, em que houve cinco ou seis mortes. No Distrito Federal, não houve nenhum tiro, porque não houve nenhuma turbulência que tenha significado algum excesso por parte da Polícia Militar. Temos que separar aquilo que é pessoa física, e tem que responder pelas ações do 8 de janeiro, daquilo que é a corporação Polícia Militar, que agiu com bravura. Eu não tenho a menor dúvida de que, com respeito ao julgamento, ao próximo 7 de setembro e aos demais eventos que têm acontecido aqui, vão saber atuar.

No fim de semana, um rapaz dizia que tinha uma bomba na mochila. Qual foi o desdobramento daquele caso?

No caso desse rapaz, era alguém que tinha, realmente, um transtorno diagnosticado. No momento, ele configurava uma ameaça em si, mas serve muito bem como exemplo de como é que pode atuar o chamado lobo solitário. Uma coisa é você estar lidando com uma pessoa que tem um transtorno, mas outra coisa, muito mais perigosa, é alguém que seja frio, calculista, que esteja preparado para cometer um ato violento, e que nós temos que nos antecipar para evitar que isso aconteça. É um trabalho difícil. Nós, na Segurança Pública, temos

uma cautela muito especial com o lobo solitário, porque ele trabalha nas sombras e na individualidade, às vezes, é muito mais difícil você detectar do que um movimento de massa, muitas vezes, por exemplo, convocado pelas redes sociais.

O senhor acredita que a PEC da Segurança Pública, Proposta de Emenda Constitucional, será aprovada?

Eu acho que a PEC da Segurança Pública traça diretrizes positivas, como, por exemplo, quando prevê o compartilhamento de informações entre os diversos estados e o Governo Federal, porque hoje você tem uma situação muito indesejável. Às vezes o cidadão tem uma larga ficha criminal no Acre, ele chega a Brasília e não se tem informação daquela quantidade de antecedentes em outros estados. Então, esse compartilhamento das informações dos bancos de dados é algo muito desejável. Um outro apontamento importante foi a criação do Fundo Constitucional de Segurança Pública e também o Fundo para o Sistema Penitenciário e prever que esses fundos seriam incontestáveis. Isso é ótimo, mas perdeu a oportunidade de prever, por exemplo, fontes de financiamento, como as BETs. A Segurança Pública precisa ter fontes de financiamento, a Saúde, a Educação têm, previstas constitucionalmente. Se a Segurança Pública é um problema tão sério como é constantemente apontado nas pesquisas, por que você a deixa relegada a um segundo plano? Como se fosse menos importante. Por isso que tem várias coisas que eu acho que, em matéria de Segurança Pública, devem ser tratadas.

*Estagiária sob a supervisão de Márcia Machado

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

Cidade calma em dia de julgamento tenso

» LETÍCIA MOUHAMAD

No dia em que foi iniciado o julgamento histórico do ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus por tentativa de golpe de Estado, o clima na Esplanada dos Ministérios foi de normalidade, sem alterações no trânsito e com movimentação dentro do esperado ao redor dos órgãos públicos federais. Reunidos ao lado do Anexo II do Supremo Tribunal Federal (STF), repórteres de todo o mundo repercutiram o acontecimento e, em bares e restaurantes do Plano Piloto, moradores da capital disseram estar atentos aos acontecimentos.

“Temos acompanhado pelas redes sociais e pela tevê. Minha expectativa é que ele (Bolsonaro) seja condenado e fique preso em regime fechado. Vamos continuar de olho nas novidades até o fim do

julgamento”, opinou o aposentado William da Costa, 73 anos, enquanto almoçava em um restaurante da 109 Sul. O colega que estava sentado à mesa, Ivan Moreira, 71, discordou. “O ex-presidente não será penalizado. Afinal, não há qualquer prova que indique o cometimento de um crime”, apontou.

Em outro ponto da cidade, no Sudoeste, alguns expectadores, que preferiram não se identificar, aguardam por uma “condenação justa e com punição severa, devido à gravidade do crime praticado contra a democracia”. Um deles, no entanto, criticou as condenações das pessoas envolvidas nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. “Penas desproporcionais”. Conforme balanço divulgado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), até o início de agosto, ao menos 700

pessoas foram sentenciadas pelas invasões e depredações na Praça dos Três Poderes.

Segurança

Quem transitou nos arredores da Praça dos Três Poderes, ontem, notou a maior circulação de policiais militares, em viaturas, vans e ônibus. Nos arredores, grades restringiram o acesso ao STF e ao Palácio do Planalto. A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) montou um esquema especial para os dias de julgamento, que inclui operações conjuntas com forças locais e federais, monitoramento em tempo real e reforço do policiamento, em especial nas vias de acesso ao STF, como S1, S2 e L4 Sul. O objetivo é preservar a ordem, a mobilidade e a prestação dos serviços públicos

durante o período de maior movimentação. As mudanças seguem até o fim do julgamento, previsto para 12 de setembro.

“Por volta das 13h, um grupo de seis pessoas tentou montar um boneco inflável próximo ao STF, porém, como há um decreto que proíbe esse tipo de manifestação, a ação não foi concluída e essas pessoas se dispersaram rapidamente. Fora isso, não tivemos qualquer indício de anormalidade nem apreensões”, diz o Major Silva, responsável pela equipe da Polícia Militar (PMDF) disposta na Esplanada. O acesso ao prédio do STF é controlado com uso de detectores de metais e cães da polícia fazem a varredura nos arredores. A segurança interna dos ministros e das instalações do Supremo segue sob responsabilidade da Polícia Judicial do STF.

Letícia Mouhamad/CB/DA Press



Jornalistas acompanham a transmissão da sessão

Cobertura

Segundo o STF, 501 profissionais da imprensa se credenciaram para cobrir o julgamento, iniciado às 9h. Por um telão, instalado do

lado de fora do prédio, jornalistas de diferentes partes do mundo — Estados Unidos, França, Colômbia, Portugal, entre outros — e de vários estados do Brasil acompanharam a transmissão da sessão.